

## DIFICULDADES NA ELABORAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Marcela Luzio Ferreira Moquiuti<sup>1</sup>

### Eixo 2 – Educação e Políticas Educacionais

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir o Plano Educacional Individualizado – PEI, para acadêmicos da Educação Superior, instrumento fundamental para a realização do Atendimento Educacional Especializado. Trata-se de reflexões sobre as dificuldades da elaboração deste instrumento que deve apresentar várias informações que são obtidas não apenas pelo acadêmico, mas também pelo corpo docente. O interesse pelo tema, surgiu com a experiência como professora do Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior e as dificuldades encontradas em elaborar o referido instrumento que tivesse todas as informações necessárias para organização do atendimento ao acadêmico público da Educação Especial. Neste sentido, o tema é abordado com base na análise de dispositivos legais que asseguram a inclusão da pessoa com deficiência, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a aplicação desta legislação na inclusão dos acadêmicos na Educação Superior. A realização do levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo da Capes de pesquisas que tratam sobre a temática, confirmou que ainda existem poucas pesquisas que discutem o PEI na Educação Superior, mas os estudos apresentados podem possibilitar a diminuição das dificuldades na elaboração deste instrumento como elemento importante utilizado no Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras-chave:** Plano Educacional Individualizado; Educação Especial; Educação Superior.

### Introdução

Este estudo visa discutir o Plano Educacional Individualizado – PEI na Educação Superior, a partir de uma breve apresentação de dispositivos legais que tratam sobre a Educação Especial e justificam a importância da elaboração deste instrumento.

Sendo a Educação Especial pauta de discussões, principalmente na educação básica, o estudo mostra a importância também de discutir a inclusão do público da educação especial na Educação superior, pois as pesquisas ainda são incipientes. Existe a necessidade de refletir cada vez mais sobre fatores que vão desde a acessibilidade arquitetônica até o acesso ao conhecimento que deve ser garantido a todos os estudantes por meio das Políticas de Educação vigentes.

Para Garcia (2016), as políticas de educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil têm marcado presença no debate da área da educação nas duas últimas décadas, ao se referir às discussões desde a década de 1990, e mais especificamente, a partir de 2008. Segundo a autora, estão em desenvolvimento “mediante a inserção escolar gradativa dos sujeitos na escolaridade obrigatória, produzida conforme as necessidades do mercado e as demandas da classe trabalhadora” (Garcia, 2016, p. 10). As dificuldades e os desafios da inclusão escolar são das mais variadas ordens, como acentuam Góes e La Plane (2007). As autoras enfatizam que,

[...] estão ligados à organização da nossa sociedade, aos valores que nela prevalecem às prioridades definidas pelas políticas públicas, aos meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, aos fatores relacionados a formação docente, as questões de infraestrutura e aos problemas vinculados à especificidade as diferentes condições que afetam o

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, participante do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas de Educação Superior Mariluce Bittar (GEPPES).

desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam deficiências e outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais. (Góes; La Plane, 2007, p. 2).

De acordo com o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei no 9.394, de 1996, alterado pela Lei no 12.796, de 4 de abril de 2013,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013, n. p.).

Esta lei ainda diz que a educação especial deve ser ofertada em todos os níveis, assegurando suporte e adaptação curricular para promover o desenvolvimento acadêmico desses estudantes (Brasil, 1996).

O documento denominado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008), assim define as pessoas dessa modalidade de ensino:

[...] alunos com deficiência aquela que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse [...] (Brasil, 2008, p. 14).

A lei criada em 2008 pelo Ministério da Educação – orienta que o Atendimento Educacional Especializado ofereça serviços, recursos e estratégias que possibilitem a plena participação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades / superdotação (AH/SD) em todos os níveis de ensino.

Uma das Diretrizes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é este atendimento no ensino superior, que de acordo com o documento:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008, p. 11).

O artigo 28, inciso XIII da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, diz que as instituições de Ensino

Superior devem promover práticas inclusivas, adaptação curricular e a acessibilidade arquitetônica, além de assegurar a formação de profissionais capacitados para atender esses acadêmicos. De acordo com o Art. 30 da Lei nº 13.145/2015, deve-se adotar as seguintes medidas:

- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa [...] (Brasil, 2015, n. p.).

Tais medidas podem garantir o ingresso à universidade, mas é necessário que medidas para a permanência do acadêmico na Educação Superior também estejam previstas. Neste sentido a elaboração do Plano Educacional Individualizado é fundamental e sua prática corrobora com o art. 205 da Constituição Federal de 1988 que define a educação como um direito fundamental de todos e reforça, no artigo 208, inciso III, a obrigatoriedade do Estado de prover AEE para a pessoa com deficiência, preferencialmente no sistema de ensino regular.

### **Plano Educacional Individualizado – PEI para acadêmicos da Educação Superior**

As discussões sobre o Atendimento aos estudantes da Educação Especial no Brasil, em sua maioria, estão relacionadas a educação básica e envolvem questões, sobre o atendimento em sala de aula comum, salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica nos espaços escolares e a utilização de instrumentos que orientam este atendimento como, relatórios e planos de atendimentos. Tais questões surgem com o processo de organização da Educação Especial.

A década de 1970 é considerada um dos marcos da educação da e pessoa com deficiência no Brasil, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), ou seja, como analisa Januzzi (2006):

Pela primeira vez cria-se um órgão o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) para a definição de metas específicas para ela, oficializando parecendo prometer assim em nível governamental uma ação política mais efetiva, que poderia organizar o que se vinha realizando precariamente na sociedade: escolas, instituições para o ensino especializado desse alunado, formação para o trabalho, às vezes mais, às vezes menos integrados à educação regular, dependendo em parte da percepção da família, dos diversos elementos sensibilizados ao tema, militantes dessa educação e da própria comunidade. Atores conjunturais internos e externos podem servir como hipóteses para a criação do CENESP (Januzzi, 2006, p. 137).

A Criação do CENESP pelo Ministério da Educação marca a história da Educação Especial no Brasil, na medida em que contribuí para a construção dos atendimentos ao público da Educação Especial. Na construção desse atendimento o planejamento passa a ser um elemento importante para a prática pedagógica. Como consequência, o Plano Educacional

Individualizado passa a ser utilizado no atendimento ao estudante com deficiência a princípio, em instituições Especializadas e escolas regulares.

Na última década, observamos um crescimento no ingresso de acadêmicos da Educação Especial na Educação Superior, portanto, foi necessário organizar este atendimento nesta etapa de ensino. Assim, o instrumento (PEI) passa a ser utilizados em muitas Universidades. Cada uma com seu modelo próprio, pautado em suas resoluções, regimentos e normativas. De acordo com Tannús - Valadão e Mendes (2018):

No Brasil, constata-se a existência de dispositivos em algumas leis estaduais e municipais, particularmente do começo dos anos 2000, garantindo o plano educacional que assume nomenclaturas diversas, tais como: plano de desenvolvimento individualizado – PDI – e plano de atendimento individualizado – PAI (Tannús -Valadão; Mendes, 2018, p. 11).

O Plano Educacional Individualizado pode apresentar formatos diferentes dependendo de cada instituição de ensino, mas as informações inseridas neste documento devem considerar questões diversas que vão desde o diagnóstico, escolarização do estudante ao longo da vida, a especificidades do curso e cumprir várias funções que garanta a inclusão do estudante. Para Giné e Ruiz (1995):

O PEI deve cumprir as seguintes funções: estabelecer uma conexão lógica entre a avaliação psicopedagógica e a programação individual; preparar e coordenar as atuações educacionais regulares e especiais direcionadas ao estudante; proporcionar ao estudante, o máximo possível e quando convier, ambientes menos restritivos; eliminar, na medida do admissível e quando convier, os recursos educacionais especiais e devolver ao estudante circuitos, serviços e situações escolares os mais normais; descrever, especificar e justificar a resposta educacional dirigida ao estudante, de forma clara e compreensível, a fim de que todas as pessoas envolvidas no crescimento pessoal desse estudante – e o próprio estudante, sempre que possível – possam participar, efetivamente, na tomada de decisões educacionais relacionadas à elaboração, desenvolvimento e avaliação do programa individualizado (Giné; Ruiz, 1995, p. 224).

Discutir sobre as dificuldades da elaboração do Plano Educacional Individualizado é uma questão necessária dada a complexidade do universo acadêmico, a diversidade dos cursos de graduação, além das exigências como o cumprimento de estágios, monitorias, apresentação de seminários e trabalhos de conclusões de cursos.

É importante ressaltar que apesar das funções que o PEI deve cumprir, na prática, no ambiente acadêmico, observamos que para que isso aconteça, é necessário que haja o envolvimento de docentes e profissionais que realizam o atendimento educacional especializado, pois são ações que se complementam.

O profissional possui o conhecimento sobre a educação especial e especificidades do diagnóstico do acadêmico e o docente possui o conhecimento específico do curso. Silva (2021) discute as dificuldades na elaboração do PEI, e resalta entre as dificuldades, o distanciamento entre professor titular e professora do atendimento educacional especializado:

Um dado interessante e que pode se apresentar como uma dificuldade para a elaboração colaborativa do PEI é o distanciamento do trabalho realizado pela professora titular e também pela professora do AEE, no qual não há uma troca de ideias, estratégias e atividades que possam ser utilizadas nos dois contextos

para melhorar o processo de ensino e aprendizagem com aluno com autismo (Silva, 2021, p. 26).

Para elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PEI, é necessário obter várias informações que devem ser descritas com clareza e detalhes importantes. Conhecer o plano de ensino da disciplina, como acontecem as monitorias e os estágios, quais são as exigências do curso e os tipos de determinadas atividades é fundamental antes de sua elaboração.

Da mesma forma o docente da disciplina, precisa conhecer quem é o acadêmico que demanda atividades adequadas, tempo maior para a realização de provas e uso de tecnologias assistivas, por exemplo, e neste sentido pensar como o acadêmico pode ter acesso ao conhecimento de disciplina.

Muitas pesquisas tratam do PEI na educação básica e apresentam os elementos que este instrumento contempla, como: Informação do Estudante (diagnóstico, percurso escolar, habilidades, interesses), Informações da escola (disciplinas e atividades previstas) e informações da família. Todas as informações dependem do envolvimento do profissional que atende o estudante com o tripé família, escola e saúde.

No ensino superior outras questões já mencionadas, como estágios supervisionados e monitorias, demandam a elaboração de um PEI, diferente do proposto para a educação básica.

Considerando as especificidades de um Plano Educacional Individualizado – PEI, da Educação Superior e as dificuldades na sua Elaboração, o quadro 1 a seguir, apresenta um levantamento de pesquisas, consultadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que tratam sobre a Educação Especial e contribuem para as discussões sobre o Plano Educacional Individualizado, pois trazem informações relevantes para presente estudo.

Utilizando o descritor “Plano Educacional Individualizado”, foram encontrados 36 (trinta e seis) trabalhos, no entanto apenas 4 (quatro) foram selecionados para a discussão, pois se tratam de abordagens sobre o instrumento (PEI) que se aplicam ou podem ser aplicadas na realidade da Educação Superior.

Vale destacar que apesar destes trabalhos contribuírem para a discussão deste instrumento na Educação Superior, as pesquisas encontradas, se tratam na maioria, sobre o PEI na Educação Básica, pois, de fato, existem poucas dissertações e teses que abordam especificamente a temática “Plano Educacional Individualizado” na Educação Superior. As pesquisas sobre este tema são publicadas em artigos científicos

Com o intuito de buscar mais informações sobre o Plano Educacional Individualizado – PEI na Educação Superior, nova busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes com os descritores: “Educação Especial”, “Educação Superior” e foram encontrados 90 (noventa) trabalhos. Dentre eles, 44 (quarenta e quatro) foram analisados, por discutirem a Educação Especial na Educação Superior, e finalmente 4 trabalhos (duas teses e duas dissertações) foram selecionados por apresentarem informações importantes que devem ser consideradas na elaboração do Plano Educacional Individualizado - PEI na Educação Superior.

#### Quadro 1 – Levantamento de Teses e Dissertações

Ano	Título	Autor	Categoria	Instituição
2014	Análise dos Efeitos de um Plano Educacional Individualizado no desenvolvimento do acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo	Débora Mara Pereira	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

2020	Uso do plano de desenvolvimento individualizado (pdi) para a inclusão educacional de alunos com deficiência	Maria Vânia Quirino dos Santos	Dissertação	Universidade Federal do Pará
2020	Plano educacional individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas	Marines Andreazza de Oliveira	Dissertação	Universidade Estadual do Estado do Paraná
2021	A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo	Gabrielle Lenz da Silva Pelotas,	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas
2021	Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do núcleo de acessibilidade da UFSM	Daiane Flores Pereira	Dissertação	Universidade Federal de Santa Maria
2022	(Im) Possibilidades da implementação da terminalidade específica na educação superior	Mariane Carloto da Silva	Tese	Universidade Federal de Santa Maria
2022	Altas Habilidades/Superdotação na Educação Superior: contextos das Universidades Federais do Rio Grande do Sul	Angélica Regina Schmelzer	Tese	Universidade Federal de Santa Maria
2022	Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior e a atuação institucional dos núcleos de acessibilidade das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: Políticas, Culturas e Práticas.	Marcelly de Souza Nascimento	Dissertação	Universidade Federal rural do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O primeiro estudo levantado, de Pereira (2014) teve como objetivo analisar os efeitos de um Plano Educacional Individualizado (PEI), “elaborado de forma colaborativa com os professores, no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com autismo no contexto da educação infantil”. Ao final deste trabalho a autora elaborou um PEI de forma colaborativa com os professores que foi implementado nos moldes da realidade da educação infantil, atribuindo ao documento os elementos: Áreas de Habilidades; Inteligências e Metas; Metodologias e Recursos Didáticos e Avaliação. É um estudo interessante que aborda questões vistas também na Educação Superior, como a falta de conhecimento de muitos docentes sobre a educação especial, em especial de estudantes com autismo.

Santos (2020) também apresenta um estudo sobre o PEI na Educação Infantil, tendo como objetivo analisar o uso do PDI (Plano de Desenvolvimento Individualizado) para a inclusão educacional de alunos com deficiência. A pesquisa conclui que o PDI é um instrumento que “auxilia no processo de inclusão e na construção das práticas pedagógicas de forma individualizada”, mas precisa da colaboração dos atores educacionais na sua construção para que a inclusão dos estudantes.

O trabalho de Oliveira (2020) constitui outra pesquisa sobre o PEI na Educação Infantil voltado a inclusão de crianças autistas, ela traz as dificuldades na inclusão destas crianças, elencando pontos que recai sobre a falta de formação de professores sobre a temática que também é uma problemática no ensino superior e deve ser pensada na elaboração de planejamento para atendimento ao acadêmico.

A pesquisa de Silva (2021) traz uma importante contribuição sobre “A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo”. Neste trabalho a

autora faz um levantamento sobre artigos nacionais que dissertam sobre o PEI e constata que ainda existem poucos artigos sobre o tema, apesar do crescimento das pesquisas. Neste levantamento a autora encontra 16 artigos nacionais sobre o PEI, mas analisa que nenhum deles operacionaliza a elaboração deste plano.

Em seguida o estudo traz a contextualização histórica do PEI e a percepção dos professores de alunos TEA, investigando aspectos que indicam barreiras ou possibilidades para a implementação do instrumento em escolas públicas.

Além dessas Teses e Dissertações, as pesquisas dos autores: Pereira (2021) que trata do Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior abordando as ações do Núcleo de Acessibilidade; Silva (2022) que discute a Implementação da terminalidade específica na Educação Superior; Schmelzer (2022) traz a temática de Altas Habilidades/Superdotação na Educação Superior e Nascimento (2022) com o trabalho que aborda Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior e a atuação institucional dos núcleos de acessibilidade das universidades Federais Rio de Janeiro, constituem estudos que trazem informações necessárias para pensar na elaboração de um Plano Educacional Individualizado na Educação Superior, pois apesar de não tratar sobre o instrumento (PEI) em questão, estes trabalhos levantam questões de cunho histórico, político e pedagógico.

Tais pesquisas envolvem a organização do Atendimento Educacional Especializado. Neste sentido acredita-se que as dificuldades relacionadas a elaboração do PEI na Educação Superior possam ser diminuídas, as quais, de acordo com as pesquisas levantadas se caracteriza por: Falta de formação docente sobre a Educação Especial, pouco envolvimento entre docentes e profissionais de apoio e pouca utilização de tecnologias assistivas.

Outros pontos não aparecem nos estudos levantados, devido a escassez de pesquisas na área, sobretudo de teses e dissertações, mas entre as dificuldades na elaboração do PEI, merecem destaque: dificuldades de acesso às informações do acadêmico (laudo, percurso escolar, habilidades e interesses), informações acadêmicas, como planos de ensino de cada disciplina dos cursos e descrição clara das ações das atividades como estágios supervisionados e monitorias.

### **Considerações Finais**

O presente estudo teve como objetivo discutir as dificuldades na elaboração do Plano Educacional Individualizado - PEI da Educação Superior, considerando a importância deste instrumento para a organização do Atendimento Educacional Especializado.

Para a discussão, a princípio, o artigo apresentou os dispositivos legais sobre a Educação Especial que justificam a necessidade de utilização do instrumento, mesmo não havendo a obrigatoriedade desta utilização e nem um modelo específico que deva ser seguido por educadores.

A apresentação de um breve histórico da legislação vigente sobre a Educação Especial, permite a compreensão da necessidade da organização do atendimento aos estudantes da Educação Especial e o PEI é elemento integrante desta organização, que no Brasil ganha força a partir da década de 1970 com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Como consequência da organização da Educação Especial e as mudanças ao longo dos anos que levaram na última década um crescimento de acadêmicos da Educação Especial a ingressar na Educação Superior, as discussões sobre os atendimentos deste público nesta etapa tornam-se cada vez mais necessárias.

Neste sentido, a fim de buscar maiores informações que pudessem colaborar com a discussão proposta, a realização do levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo da Capes de pesquisas que tratam sobre a temática, confirmou que ainda existem poucas pesquisas que discutem o PEI na Educação Superior, mas os estudos apresentados podem possibilitar a

diminuição das dificuldades da elaboração do referido instrumento, permitindo pensar na complexidade do universo acadêmico e compreender elementos fundamentais que devem ser descritos de maneira clara, desde as informações do acadêmico, como laudo, percurso escolar, habilidades, interesses e informações das ações das atividades acadêmicas, como estágios e monitorias que são inerentes a Educação Superior.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 13 out. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011/2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011/2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 13 out. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. 2008. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP., p.15, 2008.

GARCIA, R M C. Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos. **Comunicações Piracicaba**, v. 23 n. 3 Número Especial p. 7-26 2016.

GINÉ, C.; Ruiz, R. As adequações curriculares e o projeto de educação do centro educacional. In: Palacios, J.; Marchesi, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3. p. 295-321.

GÓES, M.C.R; LAPLANE, A. L. F. de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007 (Col. Educação Contemporânea).

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

NASCIMENTO, M de S. **Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior e a atuação institucional dos núcleos de acessibilidade das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: Políticas, Culturas e Práticas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, M A. **Plano educacional individualizado e sua importância para a inclusão de crianças autistas**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

PEREIRA, D F. **Atendimento educacional especializado na educação superior: ações do núcleo de acessibilidade da UFSM.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2021.

PEREIRA, D M. **Análise dos Efeitos de um Plano Educacional Individualizado no desenvolvimento do acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

SANTOS, M V Q. **Uso do plano de desenvolvimento individualizado (pdi) para a inclusão educacional de alunos com deficiência.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Universidade Federal do Pará, 2020.

SCHMELZER, A R. **Altas Habilidades/Superdotação na Educação Superior: contextos das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2022.

SILVA, G L. **A percepção de professores sobre os desafios e possibilidades de implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para alunos com Transtorno do Espectro do Autismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Pelotas, 2021.

SILVA, M. **(Im) Possibilidades da implementação da terminalidade específica na educação superior.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2022.

TANNUS-VALADAO, G; MENDES, E G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, p.11, 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782018000100153&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782018000100153&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 jul. 2025.